



PEREIRA & DUARTE

SOCIEDADE DE
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS



Câmara Municipal de Vimioso

Análise Económico – Financeira

Junho de 2025

Análise Económico-financeira

Junho de 2025



PEREIRA & DUARTE

SOCIEDADE DE
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS



Câmara Municipal de Vimioso

Análise Económico – Financeira

Junho de 2025

Índice

1. Introdução.....	3
2. Análise da Situação e Evolução Patrimonial	4
2.1. Análise Patrimonial	4
2.1.1. Análise da evolução do Ativo	5
2.1.2. Análise da evolução dos Fundos Próprios e do Passivo	6
2.1.2.1. Fundos próprios	6
2.1.2.2. Passivo	7
2.2. Análise económico-financeira	8
2.2.1. Análise Económica	8
A. Evolução dos Proveitos Operacionais.....	8
B. Evolução de Gastos operacionais	9
C. Evolução dos Resultados.....	10
2.2.2. Análise Financeira.....	11
2.3. Análise à Execução Orçamental.....	12
2.3.1. Controlo Orçamental da Receita.....	13
2.3.2. Controlo Orçamental da Despesa	16
2.4. Limite de Endividamento.....	18



PEREIRA & DUARTE

SOCIEDADE DE
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS



Câmara Municipal de Vimioso

Análise Económico – Financeira

Junho de 2025

Exmos. Senhores

Em cumprimento do disposto na **alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei 73/2013, de 03 de Setembro**, procedemos à análise económico-financeira da Câmara Municipal de Vimioso, com referência a 30 de Junho de 2025.

1. Introdução

A análise económico-financeira foi elaborada após a auditoria às contas e tendo por base o respetivo balancete reportado a 30 de Junho de 2025.

Para efeitos da análise da situação e evolução patrimonial (análise financeira ou de Balanço) comparamos os dados reportados a 30 de Junho de 2025 com os reportados a 31 de Dezembro de 2024. Para efeitos de análise da evolução dos Resultados (análise económica ou de Resultados) comparamos os dados reportados a 30 de Junho de 2025 com os reportados a 30 de Junho de 2024.

A análise que se segue foi preparada com base nas Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Município elaboradas a partir dos elementos contabilísticos analisados.

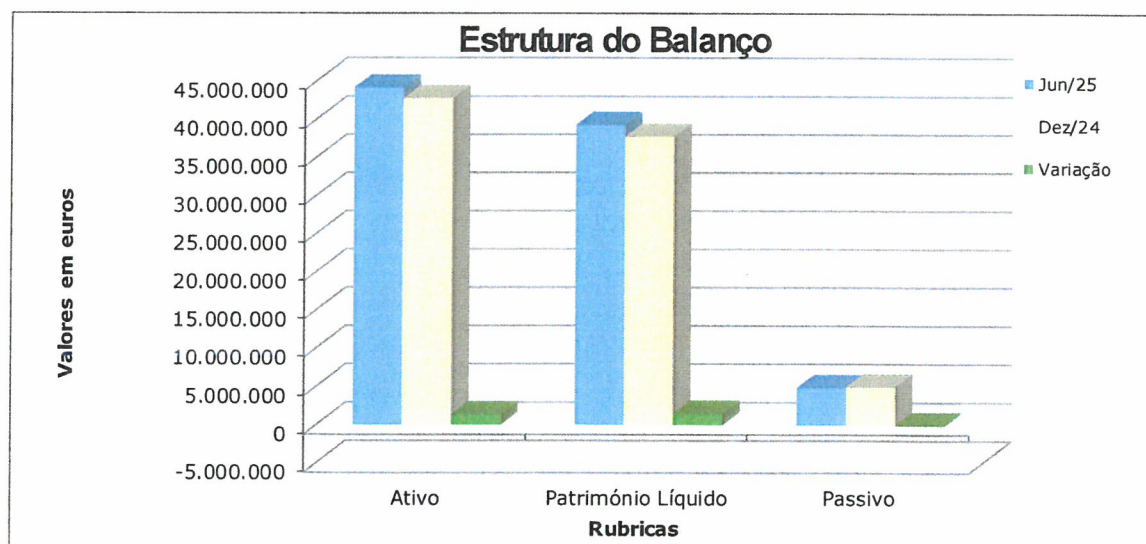
2. Análise da Situação e Evolução Patrimonial

2.1. Análise Patrimonial

Comparativamente a Dezembro de 2024 a estrutura patrimonial do Município é, à data de 30 de Junho de 2025, a seguinte:

Evolução da Estrutura do Balanço

Rubricas	Jun/25	Dez/24	Variação Abs.	%
Ativo Total	44.113.353	42.711.981	1.401.372	3%
Passivo	4.898.969	5.014.208	-115.239	-2%
Património Líquido	39.214.384	37.697.773	1.516.611	4%

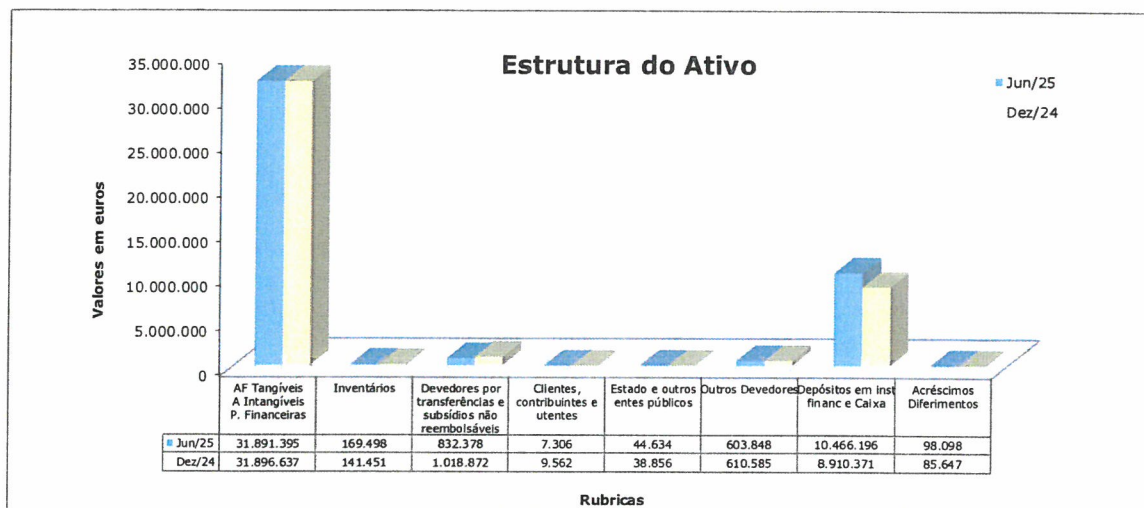


Comparativamente a 31 de Dezembro de 2024, a situação patrimonial do Município evoluiu favoravelmente, registando:

- ❖ Aumento de cerca de 1.401m€ do ativo total;
- ❖ Diminuição de 2,30% cerca de 115m€ do passivo;
- ❖ Aumento do Património Líquido em cerca de 4,02%, aproximadamente 1.517m€.

2.1.1. Análise da evolução do Ativo

Comparativamente a 31 de Dezembro de 2024, o Ativo apresenta a seguinte evolução:



- i. O Ativo Líquido em 30 de Junho de 2025 é de aproximadamente 44,11 milhões de euros contra 42,71 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2024. A variação ascende a 1.401m€.

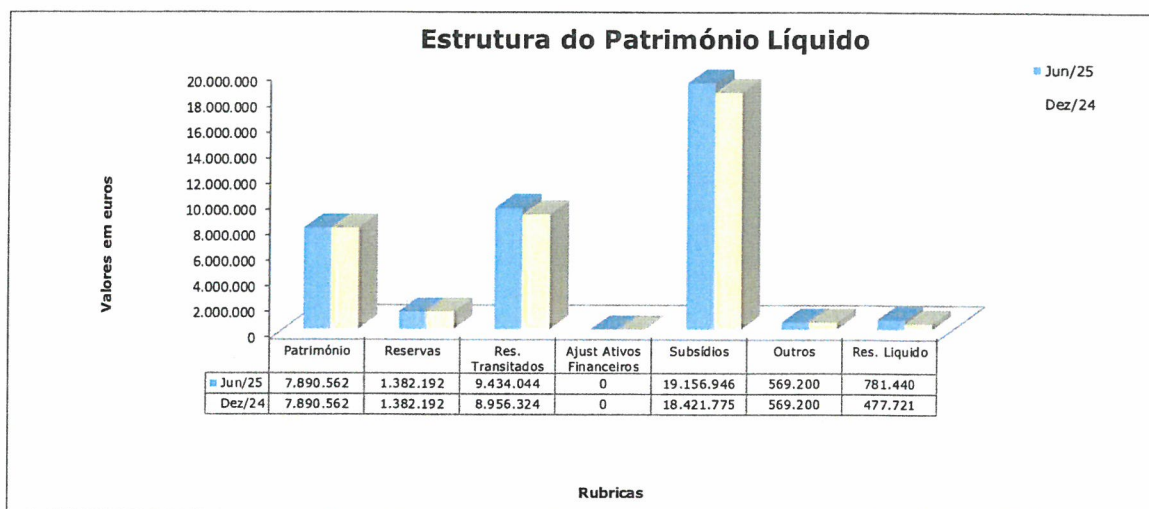
As rubricas que compõem o Ativo líquido registaram um aumento generalizado, com exceção das "Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis" em que se verificou uma diminuição de 186,5m€. Nas rubricas "Propriedades de investimento" e "Ativos Intangíveis" verificou-se uma ligeira diminuição, resultado das amortizações do exercício. O principal aumento verificou-se nos "Depósitos em instituições financeiras e Caixa".

- ii. A rubrica mais representativa do ativo continua a ser o ativo fixo tangível, ocupando 70,9% do total do ativo, na qual se verificou uma ligeira redução de 2,3pps face ao peso relativo apresentado em 31 de Dezembro de 2024.

2.1.2. Análise da evolução dos Fundos Próprios e do Passivo

2.1.2.1. Fundos próprios

Os Fundos Próprios apresentam a seguinte decomposição:



Face a Dezembro de 2024, o Património Líquido registou:

- ❖ uma variação positiva associada ao resultado líquido apurado em Dezembro de 2024, no montante de 478m€, acrescido do resultado líquido do exercício corrente, no montante de 781m€;
- ❖ uma variação positiva associada à rubrica "Transferências e Subsídios Capital", na qual se verificou um acréscimo de 735m€.

Em 30 de Junho de 2025 cerca de 88,8% do total dos ativos do Município mostram-se financiados por Fundos Próprios.

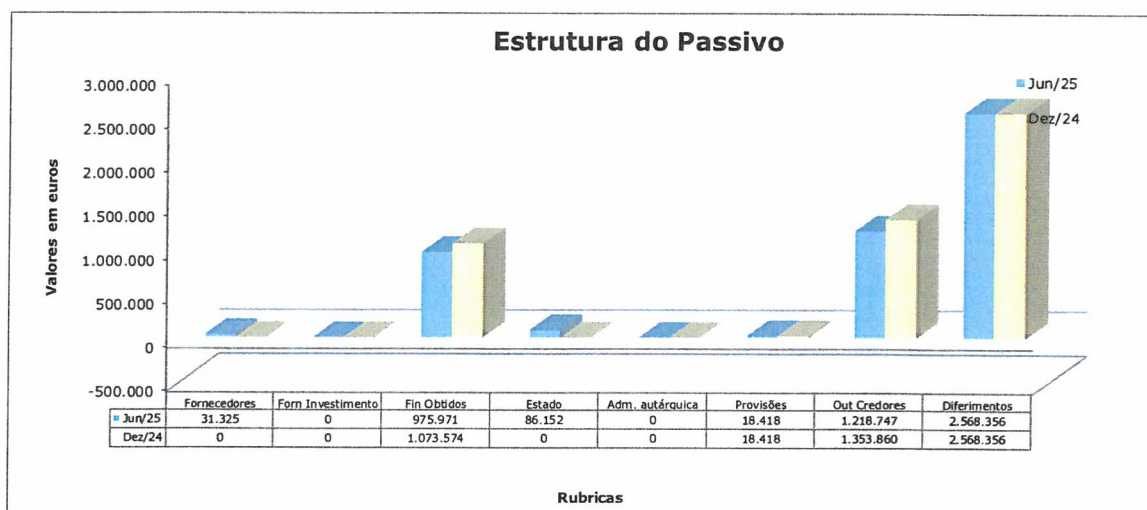
Considerando que:

- a) os fundos permanentes (Fundos próprios e capitais alheios de MLP), representam 96,35% do total ativo e,
- b) os investimentos de carácter permanente (ativo imobilizado líquido) representam 72,29% do total do ativo,

conclui-se pelo equilíbrio financeiro do Município (os ativos fixos são financiados por fundos próprios e capitais alheios de médio e longo prazo).

2.1.2.2. Passivo

Comparativamente a 31 de Dezembro de 2024, o Passivo apresenta, em 30 de Junho de 2025 a seguinte evolução:



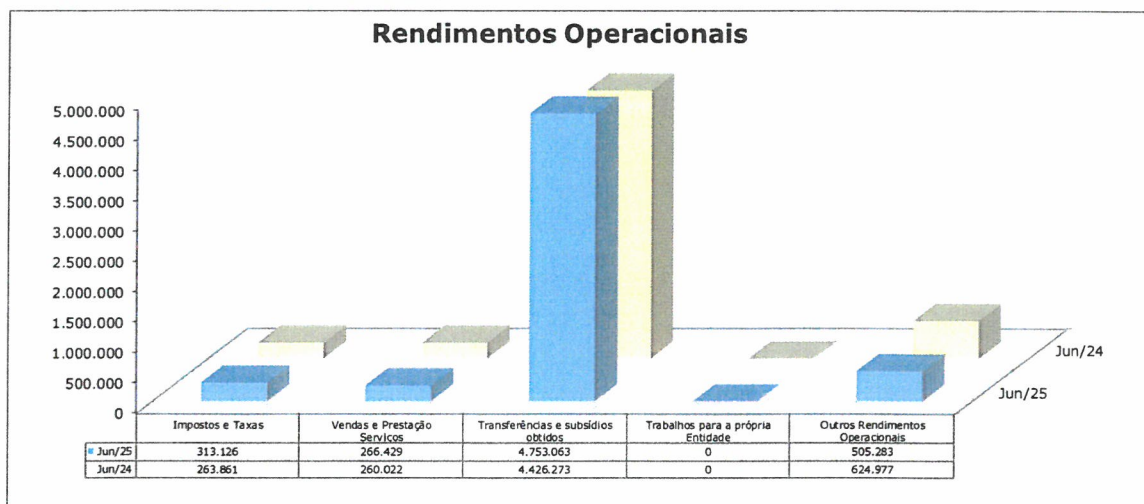
- i. O Passivo Total, regista uma diminuição de, aproximadamente, 115m€, face a 31 de Dezembro de 2024;
- ii. A rubrica de Financiamentos Obtidos registou um decréscimo de cerca de 9,09%, aproximadamente 97,6m€. Em Junho de 2025, o seu peso relativo no total do Passivo ronda os 19,9%, mantendo-se em linha com 31 de Dezembro de 2024.
- iii. Os aumentos mais significativos verificaram-se nos fornecedores (31,33m€) e o estado e outros entes públicos (86,15m€).

2.2. Análise económico-financeira

2.2.1. Análise Económica

Comparando a demonstração dos resultados em 30 de Junho de 2025 com a do período homólogo de 2024, concluímos o seguinte:

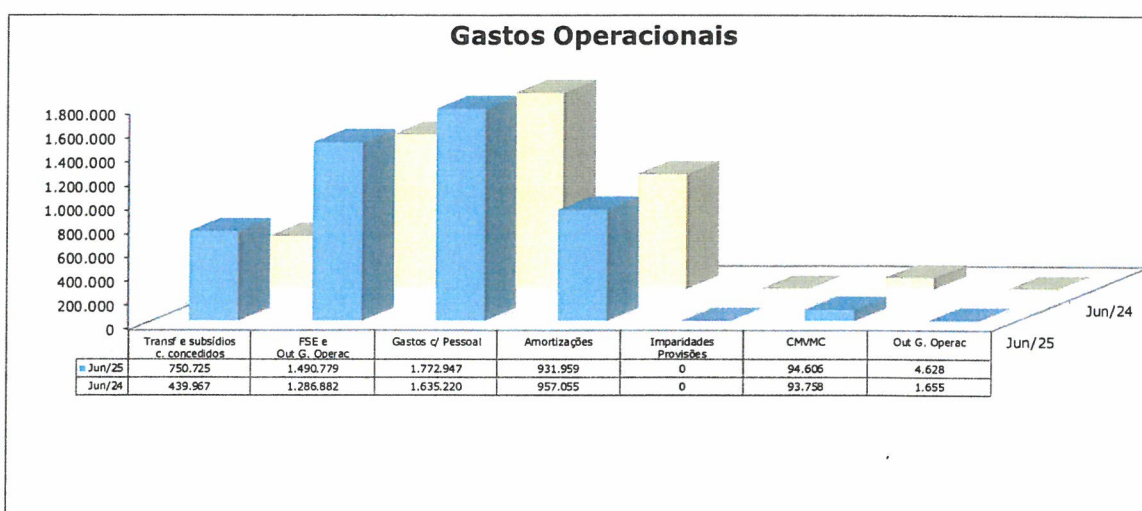
A. Evolução dos Rendimentos Operacionais



- i. Comparativamente ao exercício anterior, os Rendimentos Operacionais registam um aumento de 4,71% 263m€, face a 30 de Junho de 2024.
- ii. Os rendimentos do período em análise revelaram uma variação favorável. A rubrica de "Transferências e subsídios obtidos" foi a que registou o aumento mais significativo face ao período homólogo de 2024 (326,79m€).
- iii. Os "Outros rendimentos operacionais" revelam uma ligeira diminuição face a idêntico período anterior, no montante de 120m€, não apresentando diferenças relevantes. Nas "Vendas e Prestações de Serviços" refletiu-se uma variação pouco significativa, mantendo-se em linha com o período homólogo do exercício anterior. Os rendimentos de vendas resultam da venda da "Água" aos municípios e "exploração das termas". Os valores são comparáveis com o exercício anterior.

B. Evolução de Gastos operacionais

Os gastos operacionais apresentam em 30 de Junho de 2025, face ao período homólogo do ano anterior, o seguinte comportamento:

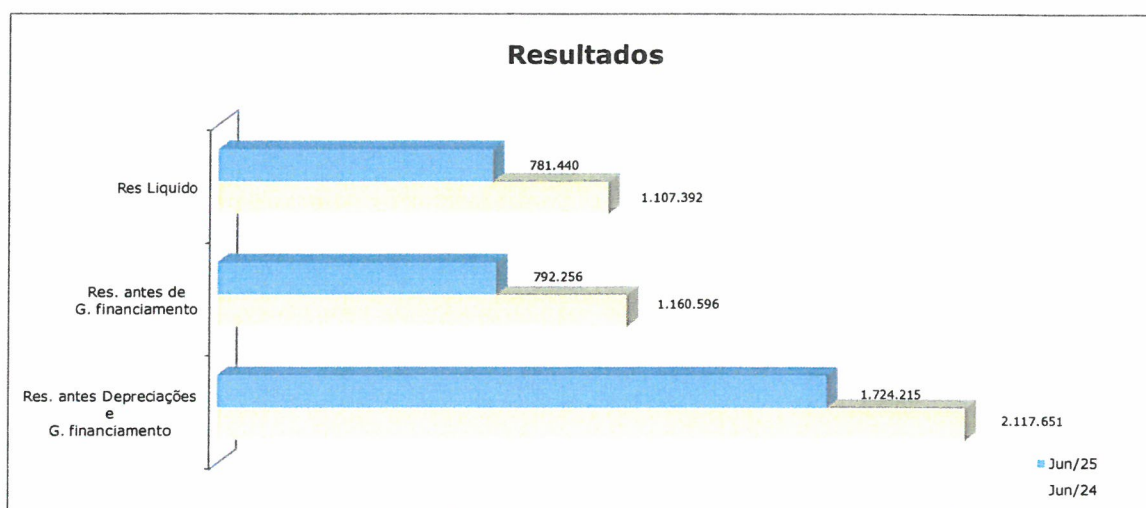


- i. O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC) aumentou 1%, cerca de 1m€. O seu peso face ao total dos Custos Operacionais é de 2%.
- ii. Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) registaram um aumento de, aproximadamente 204m€ (15,84%). O seu peso é de 29,55% na estrutura dos Custos Operacionais.
- iii. Os Gastos com Pessoal registaram um ligeiro aumento de 8,42% face ao período homólogo de 2024. A rubrica representa cerca de 35,14% do total dos Custos Operacionais, sendo a rubrica com maior peso relativo na estrutura de custos. Esta variação resulta, essencialmente, de entrada e saída de trabalhadores e atualizações salariais.
- iv. As reintegrações e amortizações do período não apresentam variações significativas, face ao período homólogo de 2024. A diminuição da rubrica justifica-se pelos ativos que ficaram totalmente amortizados no exercício anterior.
- v. A rubrica de "Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais" apresenta uma variação aproximada de 310m€, face ao período homólogo

do ano anterior, tendo-se mantido os principais protocolos com as mesmas instituições.

C. Evolução dos Resultados

A evolução dos resultados no período em causa foi a seguinte:



- i. O Resultado Operacional, antes de depreciações e gastos de financiamento, registado no período, apresenta uma diminuição de cerca de 393m€, face ao período homólogo de 2024.
- ii. O Resultado antes de gastos de financiamento mostrou-se favorável, justificado pela ligeira diminuição das "amortizações do exercício", pese embora se tenha verificado uma diminuição na ordem dos 368m€.
- iii. O comportamento das diversas rubricas de resultados conduziu a uma diminuição do Resultado Líquido, face a 30 de Junho de 2024, no valor de 325,95m€, fixando-se em 781,44m€.

2.2.2. Análise Financeira

Rádios	Fórmula de Cálculo	Jun/25	Dez/24
Liquidez geral	Ativo Corrente / Passivo Corrente	755%	608%
Liquidez reduzida	(Ativo Corrente-Inventários) / Passivo Corrente	744%	600%
Liquidez imediata	(Depósitos em Inst Financeiras + Caixa) / Passivo Corrente	650%	504%
Endividamento	Passivo / Ativo	11%	12%
Estrutura de endividamento	Passivo Corrente / Passivo	33%	35%
Autonomia financeira	Património Líquido / Ativo	89%	88%
Cobertura de Ativo não Corrente pelos Capitais Permanentes	(Património Líquido + Dividas a terceiros de MLP) / Ativo não corrente	133%	128%

Os rácios de liquidez geral e reduzida revelam que o Ativo Circulante evoluiu favoravelmente entre as duas datas em análise, mostrando-se, em 30 de Junho de 2025, suficiente para financiar integralmente o Passivo Corrente.

O rácio de liquidez imediata revela que o total de Disponibilidades assegura a cobertura maioritária das responsabilidades de curto prazo.

O rácio de Autonomia Financeira revela que o Total do Ativo é financiado em cerca de 89% por capitais próprios, indicador que registou um ligeiro aumento face a Dezembro de 2024.

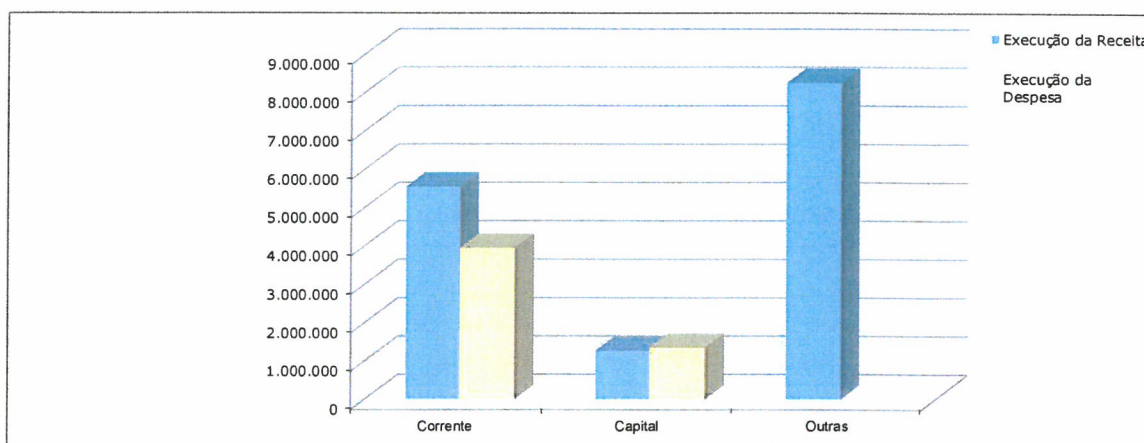
O rácio de Estrutura de endividamento revela uma diminuição de 2 pontos percentuais quando comparado com o exercício anterior.

O rácio de Cobertura de Ativo não corrente pelos Capitais Permanentes representa em 30 de Junho de 2025 cerca de 133%, revelando que o investimento fixo se encontra financiado, na sua totalidade por Capitais permanentes.

2.3. Análise à Execução Orçamental

À data de 30 de Junho de 2025, a execução orçamental era a seguinte:

	Execução da Despesa		Execução da Receita	
	Euro	%	Euro	%
Corrente	3.942.759	25,87%	5.536.492	50,08%
Capital	1.353.305	17,87%	1.273.272	36,26%
Outras			8.249.486	100,00%
Total	5.296.064	23,21%	15.059.250	66,00%



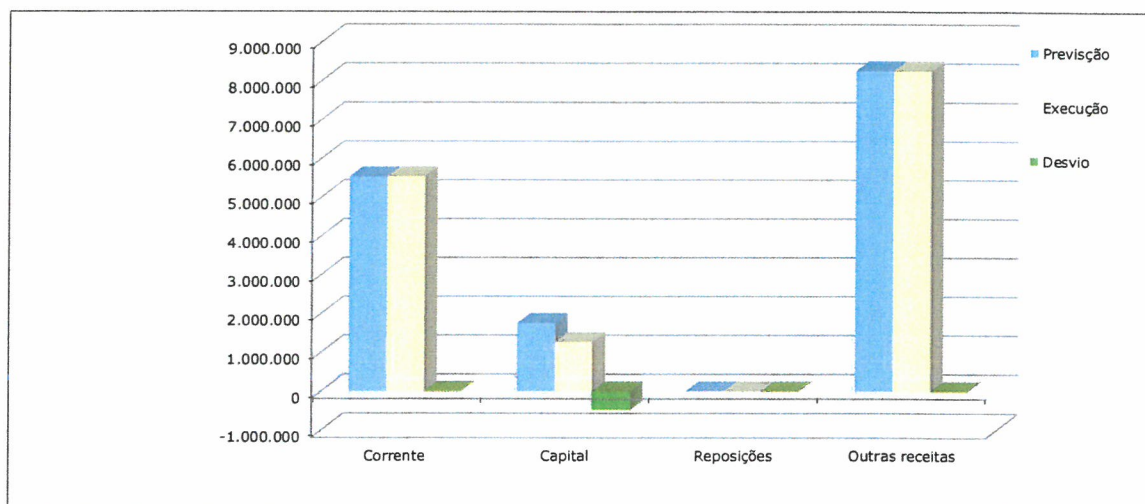
O grau de execução Orçamental mostra-se positivo, em 30 de Junho de 2025, atendendo a que a execução da Despesa se apresenta inferior à execução da Receita.

O Município cumpre o princípio orçamental de equilíbrio já que a Receita Corrente cobre a totalidade da Despesa Corrente mais as amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

2.3.1. Controlo Orçamental da Receita

A execução da Receita apresenta, em 30 de Junho de 2025, um desvio desfavorável de 473m€, consequência do reduzido grau de execução da Receita de Capital que foi de 73%, enquanto a execução da Receita Corrente fixou-se em aproximadamente 100%.

	Previsão Semestral	Execução Receita	Desvio	Execução %
Corrente	5.527.806	5.536.492	8.686	100,16%
Capital	1.755.358	1.273.272	-482.086	72,54%
Reposições	300	0	-300	0,00%
Outras receitas	8.249.486	8.249.486	0	100,00%
Total	15.532.949,98	15.059.250,46	-473.699,52	96,95%





PEREIRA & DUARTE

SOCIEDADE DE
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS



Câmara Municipal de Vimioso

Análise Económico – Financeira

Junho de 2025

Por rubrica de Receita, os desvios verificados em 30 de Junho de 2025 e consequentes execuções orçamentais foram os seguintes:

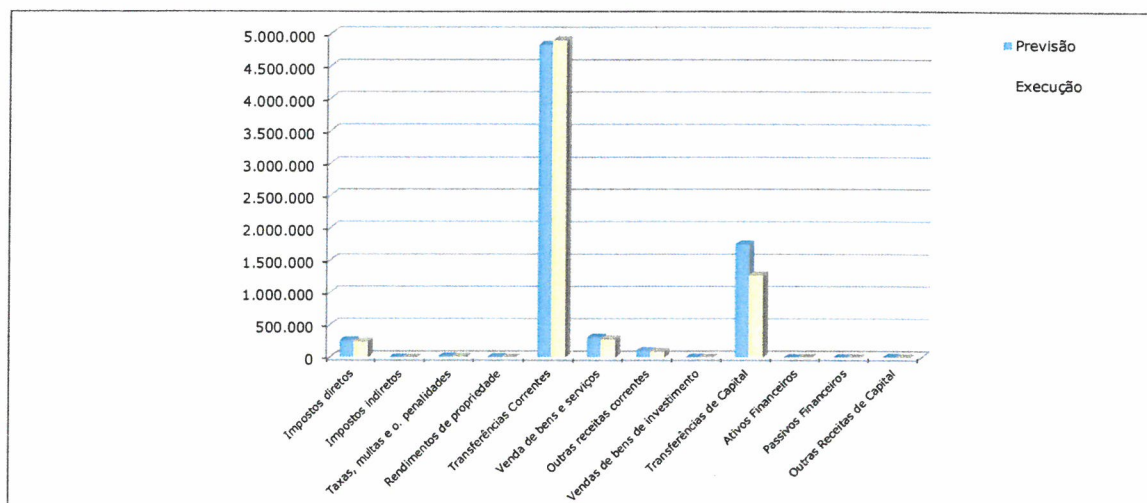
Designação	Previsão Semestral	Execução	Desvio	Execução %
Impostos diretos	262.200	245.540	-16.660	93,65%
Impostos indiretos	0	0	0	n.a.
Taxas, multas e o. penalidades	19.200	13.714	-5.486	71,43%
Rendimentos de propriedade	3.750	0	-3.750	0,00%
Transferências Correntes	4.829.656	4.904.232	74.576	101,54%
Venda de bens e serviços	307.900	282.768	-25.132	91,84%
Outras receitas correntes	105.100	90.238	-14.862	85,86%
Total de receitas correntes	5.527.806	5.536.492	8.686	100,16%
Vendas de bens de investimento	300	0	-300	0,00%
Transferências de Capital	1.750.658	1.273.272	-477.386	72,73%
Ativos Financeiros	100	0	-100	0,00%
Passivos Financeiros	100	0	-100	0,00%
Outras Receitas de Capital	4.200	0	-4.200	0,00%
Total de receitas capital	1.755.358	1.273.272	-482.086	72,54%
Reposições	300	0	-300	0,00%
Saldo da gerência anterior	8.249.486	8.249.486	0	100,00%
Total de outras receitas	8.249.786	8.249.486	-300	100,00%
Total	15.532.950	15.059.250	-473.700	96,95%

As receitas correntes apresentam um grau de execução próximo dos 100%, resultado do contributo conjunto de todas as rubricas, com especial enfoque das "Transferências correntes", dos "Impostos diretos" e das "Vendas de bens e serviços", todas acima dos 90%.

As "Transferências correntes" constituem a componente mais significativa do total das receitas do Município, sendo constituídas na sua maioria por transferências do Orçamento de Estado.

Relativamente às receitas de Capital, a percentagem de execução desta rubrica não apresenta desvios significativos face ao projetado, sendo que a execução resulta sobretudo da rubrica de "Transferências de Capital".

O comportamento gráfico é o seguinte:



Rácios de Estrutura (Receita Líquida):

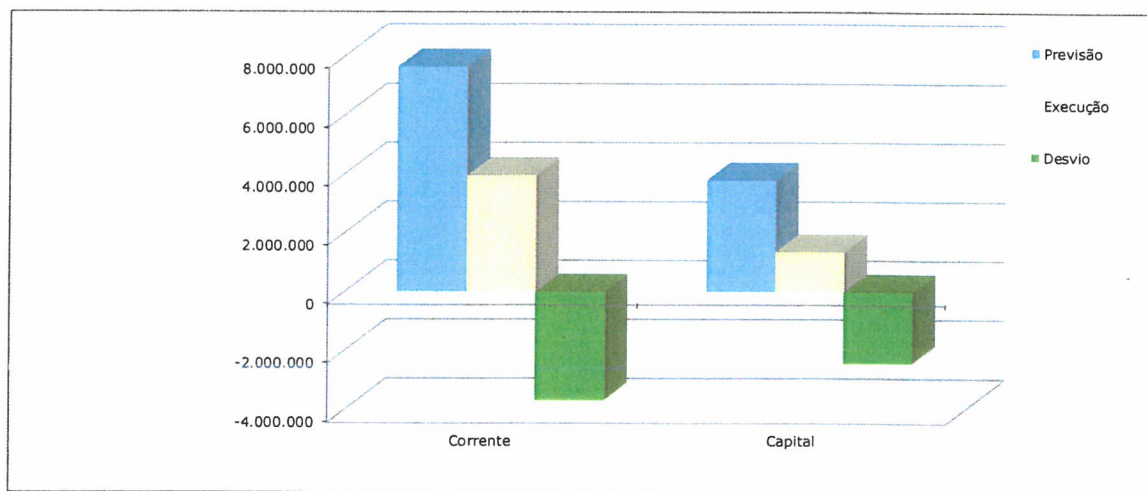
Rácios da Estrutura das Receitas Próprias	Jun/25	Jun/24
Impostos Municipais / Total de Receitas	4%	4%
Venda de bens de Investimento / Total de Receitas	0%	0%
Total das Receitas Próprias / Total de Receitas	9%	10%
Total das Transferências / Total das Receitas	91%	90%
Passivos Financeiros / Total das Receitas	0%	0%

2.3.2. Controlo Orçamental da Despesa

A execução orçamental do Total das Despesas foi de 46,42%, tendo-se apurado um desvio favorável de 6.112m€.

	Previsão Semestral	Execução	Desvio	Execução %
Corrente	7.621.650	3.942.759	-3.678.891	51,73%
Capital	3.786.557	1.353.305	-2.433.252	35,74%
Total	11.408.206,74	5.296.064,09	-6.112.142,65	46,42%

A execução orçamental da Despesa e correspondentes desvios evidenciam-se do modo seguinte:



Análise Económico – Financeira

Junho de 2025

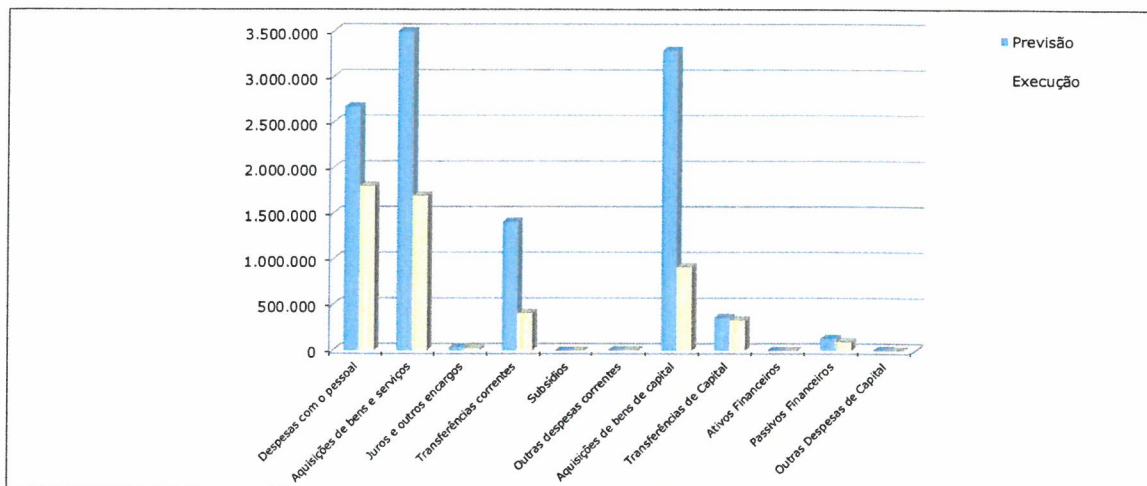
O nível de execução das Despesas de Capital foi de 35,74%, enquanto o da execução das Despesas Correntes foi de 51,73%, tal como pode ser observado no seguinte quadro:

Designação	Previsão Semestral	Execução	Desvio	Execução %
Despesas com o pessoal	2.670.599	1.802.833	-867.766	67,51%
Aquisições de bens e serviços	3.499.481	1.696.096	-1.803.385	48,47%
Juros e outros encargos	36.250	24.986	-11.264	68,93%
Transferências correntes	1.410.225	413.760	-996.465	29,34%
Subsídios	75	0	-75	0,00%
Outras despesas correntes	5.020	5.085	65	101,29%
Total Despesas Correntes	7.621.650	3.942.759	-3.678.891	51,73%
Aquisições de bens de capital	3.287.182	918.051	-2.369.130	27,93%
Transferências de Capital	360.020	337.000	-23.020	93,61%
Ativos Financeiros	1.001	0	-1.001	0,00%
Passivos Financeiros	132.500	97.603	-34.897	73,66%
Outras Despesas de Capital	5.855	651	-5.204	11,12%
Total Despesas de Capital	3.786.557	1.353.305	-2.433.252	35,74%

O grau de execução abaixo dos valores orçamentados verifica-se em quase todas as rubricas das despesas correntes, significando que a autarquia efetuou menos despesas do que as previstas.

As percentagens de execução orçamental das Despesas Correntes encerraram o semestre abaixo dos 50%, com exceção das "Despesas com pessoal" (67,51%) dos "Juros e outros encargos" (68,93%) e das "Outras despesas correntes". As Despesas de Capital apresentam taxa de execução média de 35,74%, salientando-se as "Aquisições de bens de capital", as "Transferências de capital" e os "Passivos financeiros" com cerca de 27,93%, 93,61% e 73,66%, respetivamente.

Graficamente a evolução registada foi a seguinte:



Rácios de Estrutura (Despesa executada):

Rácios da Despesa	Jun/25	Jun/24
Transferências correntes / Total das Despesas	8%	9%
Transferências de Capital / Total das Despesas	6%	0%
Despesa Corrente / Total das Despesas	74%	85%
Despesas de Capital / Total das Despesas	26%	15%
Total do Investimento / Total das Despesas	17%	12%

2.4. Limite de Endividamento

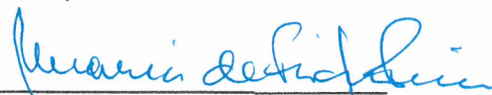
A lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, estabelece no art.º 52.º que o limite da dívida total das autarquias, "não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".

Procedemos ao cálculo dos limites de endividamento (líquido e Médio e longo prazo), à data de 30 de Junho de 2025, concluindo pelo cumprimento, por parte do Município, da legislação aplicável.

Mapa de determinação do endividamento líquido Municipal (Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro)

	Descrição	Montante
A - Passivos (empréstimos, contratos de locação financeira e qualquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.)	- Empréstimos Bancários (1)	975.971
	- Contratos de Leasing	0
	- Dívidas a Fomecedores	31.325
	- Dívidas a Fomecedores Imobilizado	0
	- Dívidas a EOEP	86.152
	- Dívidas a Outros Credores	582
	Soma dos Passivos	1.094.030
C - Endividamento líquido do Município		1.094.030
D - Endividamento líquido e os empréstimos das associações de Municípios, proporção à participação do município no seu capital social	Associação de Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano	760
	Associação Nacional de Municípios Portugueses	0
	Comunidade Intermunicipal Terras de Trás os Montes	10.935
	Resíduos do Nordeste, EIM	0
	Subtotal 2	11.695
E - Endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o sector empresarial local, proporção à participação do Município no seu capital social (em caso de incumprimento das regras de equilíbrio das contas previstas no regime súcnico do sector empresarial local)	-	0
	-	
	-	
	-	
	Subtotal 3	0
F - Aferição da Dívida Total		1.105.725
G - Limite da Dívida Total (nº1, art. 52º Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro)	Valor apurado pela DGAL	14.147.934
H - Limite da Dívida Município (nº3, art. 52º Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro)	Dívida Total Final em 31 de Dezembro de 2024	1.074.601
	Aumento permitido	5.229.333
	Limite Dívida total permitida em 30 de Junho de 2025	6.303.934
I - Capacidade líquida de Endividamento	Situação do Município face ao limite da dívida total	5.198.209

Porto, 31 de Julho de 2025



Maria de Fátima Pereira (ROC n.º 835)

Em representação de

Fátima Pereira & Carlos Duarte,

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas